

24 de Agosto 2020
Segunda-feira
Semanário - Ano 5
Nº 223
Director-Geral
Evaristo Mulaza



ANGOLA E PORTUGAL

Trocas comerciais recuam 29%

Com a tendência de quebra a verificar-se desde o ano passado, as trocas comerciais entre Angola e Portugal voltaram a recuar 29% no primeiro semestre deste ano, para 733 milhões de euros. Dados do Banco de Portugal colocam Angola na última posição do 'top 5' dos parceiros de Portugal fora da união monetária. Pág. 5



ACORDO OPEP+

Angola obrigada a compensar incumprimentos em Setembro

PETRÓLEO. Contrariamente às garantias dadas em Junho que estendiam para o fim do ano a possibilidade de Angola compensar o incumprimento dos cortes na produção, no âmbito do acordo da OPEP+, o cartel vai obrigar o país a ajustar a produção agora em Setembro. O grupo dos incumpridores tem de cortar um total de 1,15 milhões de barris por dia, em dois meses. Pág. 5

Mário Mujetes © VE

PRODESI em 'xeque'

- ▼ Empresários refreiam entusiasmo do Governo
- ▼ Economista explica em 8 pontos as razões do in(sucesso)
- ▼ Alertas de endividamento e redução do IVA Pág. 6, 16 e 17

BLOCO 14

Alteração do contrato de partilha gera críticas Pág. 4

SEGUEM-SE MOÇAMBIQUE E CABO-VERDE

Portal Sapo encerra em Angola Pág. 8



DOMINGOS FORTES, ECONOMISTA

“Um ministro deveria evoluir de uma empresa”

ENTREVISTA. As razões para novos investimentos no Porto de Luanda, a necessidade da actualização da Lei da Marinha Mercante, os estrangulamentos na promoção de carreiras no sector portuário e a ausência de uma estratégia de shipping, eis os pontos-chave da conversa com o economista Domingos Fortes que já foi gestor do terminal de carga geral do Porto de Luanda. Págs. 10 e 11



Editorial

OS 'SES' QUE REALMENTE IMPORTAM

Se é verdade que há, no MPLA, uma parte expressiva de militantes e dirigentes que discorda do rumo da governação de João Lourenço, mas simplesmente cala e consente; se é verdade que há, no MPLA, correntes que enveredam pela teoria da conspiração de que haverá interesses inconfessos de destruição do partido, mas são incapazes de se manifestar interna e externamente; se é verdade que se tornou rotineiro ouvir dirigentes do MPLA afirmarem, de forma categórica, que em Angola não há fome ou que todos os angolanos tinham condições de aprovisionar alimentos antes do estado de emergência, apesar de alguns desses dirigentes terem também famílias pobres; se é verdade que, nos corredores de ministérios e governos provinciais, há contestações contra a visão do Presidente, mas mantêm-se sequestradas pela sombra do medo; se é verdade que há comentadores que, em nome do MPLA, vão às televisões e rádios defender o oposto daquilo em que verdadeiramente acreditam, por disciplina partidária e temor a represálias; se é verdade que os juízes decidem nos tribunais com sentenças escritas nos laboratórios das 'ordens superiores' e, ainda assim, falam em nome da justiça; se é verdade que juízes são capazes de proferir sentenças escandalosamente contraditórias e ao arrepio da Lei, porque são pressionados por gente que aparece nos tribunais sem batinas; se é verdade que, ao contrário

do que se pretende mostrar ao povo, o suposto combate à corrupção em muitos casos visa saquear bens na posse de determinadas pessoas colocadas na desgraça para serem passados para outras pessoas colocadas na graça; se é verdade que, na barragem de Caculo Cabaça, foi retirada a Niara Holding por alegadamente ter ficado com o projecto sem concurso público e foi colocada a Omatapalo sem concurso público; se é verdade que, perante as câmaras das televisões, pessoas que comprovadamente saquearam centenas de milhões de dólares aparecem a financiar projectos de velhos críticos da corrupção com a bênção dos novos rostos do poder e, ainda assim, acredita-se que se está a combater a corrupção a sério; se é verdade que a nomeação de filhos do ex-Presidente para cargos de relevo em instituições públicas é para os novos rostos do poder uma prática de nepotismo e a nomeação de filhos do actual Presidente é para os novos rostos do poder um prémio à meritocracia; se é verdade que se atropelaram todas as leis para se colocar no comando da Comissão Nacional Eleitoral alguém com a missão única de declarar a vitória do MPLA, independentemente do resultado nas urnas eleitorais; se é verdade que a Constituição era encarada pelos novos rostos do poder como um fato à medida do ex-Presidente, mas agora mostra-se justo e apertado para os que comandam a demonização do legado de José Eduardo dos Santos; se é verdade que o MPLA sabe que Bolsonaro foi eleito com uma agenda de combate à corrupção, mas em pouco tempo

experimentou índices históricos de desaprovação, por escândalos que o associam à corrupção, por tentativas de instrumentalização da justiça e pelo agravamento da pobreza, entre outros; se é verdade que o MPLA sabe que Maurício Macri ganhou as eleições em 2015, prometendo prender Cristina Kirchner por corrupção, mas perdeu as eleições em 2019 por uma dupla em que Cristina Kirchner era a vice-presidente e, mesmo assim, continua a acreditar que a fome dos angolanos pode aguardar por mais meia década; se é verdade que o MPLA sabe que o reformismo de Deng Xiaoping está longe de se aproximar do simbolismo das conquistas de Mao e, ainda assim, embarca no estapafúrdico revisionismo que decidiu apagar 38 anos da História da Angola independente; se é verdade que o MPLA sabe que não há conquista possível de João Lourenço capaz de se sobrepor às conquistas da paz e do lançamento da reconciliação lideradas por José Eduardo dos Santos e, ainda assim, transforma o seu ex-Presidente no inimigo público número um da História de Angola; se tudo isso é verdade, então o país, se não piorou, estagnou nos 'ses' que realmente importam. E, se tudo isso é verdade, o MPLA continua fiel a si próprio, um movimento de massas sem vontade. Afinal, como desavergonhadamente explica Estaline a Jdanov, num diálogo proposto por Kundera, a primeira propriedade da vontade é a liberdade. E, se tudo isso é verdade, o MPLA continua sem liberdade, logo sem vontade. Especialmente a vontade de fazer país.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira

Redacção: Isabel Dinis, Júlio Gomes, Guilherme Francisco e Suely de Melo

Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa

Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Edvandro Malungo, Francisco de Oliveira e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes, EY e Mário Paiva

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração: Geovana Fernandes

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e

Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes

Tel.: +244941784790-(1)-(2)

N° de Contribuinte: 5401180721

N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514

E-mail: administracao@gem.co.ao;

comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



ARNITO AGOSTINHO,
PCA do Inapem

O que visa o programa de cooperação entre o Inapem e o Instituto Angolano da Juventude? Este protocolo visa criar as condições para a materialização conjunta do programa que está inscrito no Ministério da Juventude e Desportos. O programa cria condições objectivas para apoiar directamente o empreendedorismo juvenil. O Inapem, nos vários domínios de actuação, desenvolve directamente apoio ao sector empresarial privado e também ao fomento de iniciativa empresarial, que podemos definir como fomento do empreendedorismo em Angola, principalmente juvenil. Vamos trabalhar conjuntamente com o MAPTSS para que essa camada juvenil possa ter os apoios necessários.

Que apoios estão previstos? São apoios para a capacitação. Não basta querermos ser empreendedores, temos de ter formação para o efeito. Esta capacitação é no sentido de promover grandes ideias empreendedoras que possam contribuir para o crescimento económico do nosso país. Também facilitar o acesso ao crédito.

Os empreendedores têm muitas dificuldades em aceder ao crédito...

Os jovens quase nada têm para desenvolver os negócios. É necessário que haja investimento para desenvolverem as actividades empresariais, nós podemos apoiar nas directivas, encaminhar à banca ou sociedades de microcrédito.

11
TERÇA - FEIRA
O Instituto de Gestão e Participação do Estado (Igapé) informa que recebeu, de Março a 7 de Agosto, 10 candidaturas de empresas nacionais e estrangeiras, interessadas na compra de três unidades têxteis em privatização (Satec, África Textil e Textang II).

12
QUARTA - FEIRA
O BNA dá conta que dete-
tou um número elevado de
contratos suspeitos de fuga
de capitais e fraude cambial,
reforçando a necessidade
de as instituições financeiras
bancárias procederem a
uma avaliação rigorosa das
operações cambiais de invi-
síveis correntes dos clientes.

13
QUINTA - FEIRA
A salineira Calombolo, na
Baía Farta, em Benguela,
prevê atingir, este ano, uma
produção de 150 mil tone-
ladas de sal bruto, contra as
120 mil de 2019, informa o
proprietário, Adérito Areias.



10
SEGUNDA-FEIRA Governo aprova a restrição total da importação, com recurso a divisas do Tesouro Nacional, de 11 produtos, cuja capacidade instalada já responde à necessidade de consumo interno.

14
SEXTA - FEIRA
O Instituto Nacional de
Estatística no Kuando-
Kubango estima recensear
27.580 agregados familiares
produtores agrícolas, cria-
dores e pescadores, em 57
secções censitárias rurais
e urbanas, no âmbito do
RAPP.



15
SÁBADO
A Associação dos Hotéis e
Resorts de Angola (AHRA)
sugere a abertura de uma
linha de financiamento para
as empresas, de modo a as-
segurar os salários dos traba-
lhadores, que actualmente se
encontram comprometidos
pela pandemia da covid-19.



16
DOMINGO
A Total anuncia a retoma da
perfuração 'offshore' Angola
com a plataforma Skyros. A
Total revelou, em nota divul-
gada no site, os planos de
curto e médio prazos para
as operações no país, onde é
responsável por cerca de 50%
da produção do ouro negro.



COTAÇÃO



PETRÓLEOS SEMPRE A SUBIR...

O petróleo começou a semana no positivo, graças às tempestades no Golfo do México, que obstruem a produção local, e as notícias animadoras do empenho dos EUA na busca pela vacina da covid-19. O Brent registou ganhos de 1,34%, ao negociar, esta segunda-feira, a 45,53 dólares, depois de fechar a semana anterior nos 44,35. O WTI terminou a subir 0,24%, negociando as entregas para Outubro nos 42,44 dólares.



OURO, PRATA E COBRE EM BAIXA...

O ouro começou a semana a cair 0,64%, ao negociar as entregas para Dezembro a 1.934,55 dólares por onça troy. Enquanto a prata registou perdas de 1,03%, ao negociar as entregas para Setembro a 26,457 dólares por onça troy. Seguindo a mesma tendência, o cobre teve perdas de 0,23%, ao negociar o contrato para o próximo mês a 2,9242 dólares por libra-peso.

Economia/Política

PETROLÍFERAS RECUPERAM INVESTIMENTO MAIS CEDO

Por César Silveira

Alterações no contrato de partilha de petróleo alvo de críticas

PETRÓLEO. Presidente autorizou alteração que permite companhias recuperarem o investimento mais rapidamente. Especialistas alertam para a necessidade de o Governo não ceder tanto à pressão das companhias.

A alteração do contrato de partilha no Bloco 14, aumentando o petróleo bruto destinado à recuperação dos investimentos num dos campos, não colhe consenso, existindo uma corrente a defender que se trata de mais uma prova de que o Governo tem estado a ceder por excesso à vontade das companhias petrolíferas.

Na semana passada, o Presidente João Lourenço autorizou alterações no acordo de partilha no campo Tómbwa-Lândana, aumentando o limite do Petróleo Bruto destino à recuperação dos custos a aplicar na Área de Desenvolvimento Rede marcada para 65% contra os 50% normalmente previstos. E, em contrapartida, fixou a partilha do Petróleo Lucro em 80% - 20% a favor do Estado, com efeitos retroactivos, a partir de 1 de Abril de 2020.

Por outro lado, autorizou o aumento do Petróleo Bruto para a Recuperação de custos na Área de Desenvolvimento Tómbwa - Lândana Rede marcada para 72,5%, fixando a partilha do Petróleo Lucro em 90% - 10% a favor do Estado, após a conclusão da perfuração de todos os

poços constantes do programa de trabalho obrigatório, nos termos da adenda ao contrato de partilha de produção do Bloco 14, a ser celebrado entre a concessionária nacional e o grupo empreiteiro.

No entanto, a corrente que se manifesta contra a decisão argumenta que, tendo em conta as indecisões sobre o futuro do mercado petrolífero internacional, as petrolíferas pretendem recuperar o investimento o mais rápido possível, deixando o Governo dependente da sorte quando as previsões indiciam que o petróleo venha a perder valor face ao desenvolvimento das energias renováveis.

“Aliás, não é por acaso que as grandes petrolíferas estão a investir cada vez mais nas energias renováveis, sabem das incertezas sobre o futuro do petróleo e, por isso mesmo, fazem pressão aos governos para aceitarem este tipo de contratos, que lhes permite recuperar o investimento rapidamente, ficando os governos com os riscos futuros. Não é certo, mas cabe aos governos terem capacidade para contornar estas pretensões”, argumentou um alto quadro do sector, identificando-se, por isto, como membro dos que defendem o fim dos contratos de partilha.

Entretanto, fonte governamental considera tratar-se de “um procedimento normal, porque o Estado acaba por sair ganhando mais do que se não fosse feito nada”. “Com a execução do programa de trabalho, aumenta a base de reserva do bloco e resolvem-se muitos dos pendentes do bloco”, sublinha, acrescentando tratar-se de mecanismos para “tentar combater o declínio do bloco”, depois de atingir o pico da produção de 100 milhões de barris/dia.

A fonte minimiza também a possibilidade de o futuro do mercado petrolífero internacional vir a afectar os resultados do bloco, visto que “o desenvolvimento das renováveis, até que funcionar convenientemente, já o Bloco 14 foi abandonado”.

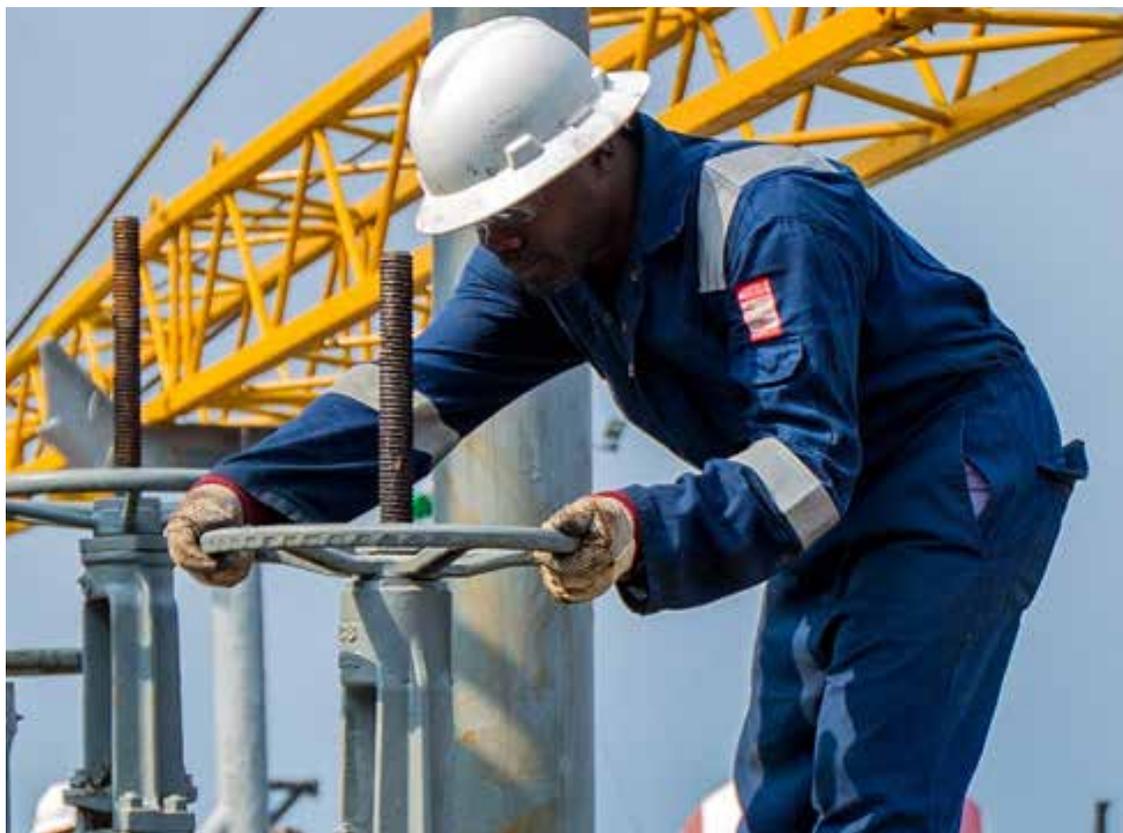
O consórcio que explora o Bloco 14 é formado pela Chevron, Sonangol, Eni, Total e pela Galp Energia. Além do Tómbwa Lândana, conta com mais quatro áreas de desenvolvimento: Kuito, Benguela-Belize-Lobito-Tomboco, Negage e Gabela.

50

Porcento, quota do petróleo custo prevista nos contratos de partilha.

MEMORIZE

● Com alteração, o grupo empreiteiro passa a ter 72,5% da produção do campo para recuperar o investimento em contrapartida, o Estado fica com 90% na fase da distribuição dos lucros. Decisão é alvo de críticas.



O MINISTRO da Agricultura e Pescas, Francisco de Assis, garante existirem fertilizantes suficientes para a campanha agrícola 2020/2021.

ACORDO DE CORTE NA PRODUÇÃO

Angola pode ser forçada a compensar incumprimento já

PETRÓLEO. País não respeitou quota nos três primeiros meses do acordo que iniciou em Maio. Inicialmente, considerou-se a possibilidade de a compensação ser feita apenas no final do ano ou ao longo da vigência do acordo que vai até Abril de 2022.

Por César Silveira

Angola e os demais membros da OPEP+ que não cumpriram o acordo de corte na produção correm o risco de se ver obrigados a compensar até Setembro, contrariamente às garantias dadas em Junho, segundo as quais os incumpridores poderiam fazê-lo até ao final do ano.

Depois de não ter cumprido a quota a que tem direito nos primeiros dois meses de vigência do acordo (Maio e Junho), Angola voltou a fazer parte do grupo de violadores em Julho, produzindo 1.275 mil barris por dia, quando, para o período Julho/Dezembro, a quota atribuída é de 1.249 mil bpd.

Segundo decisão atribuída ao grupo OPEP+, mas que ainda não é oficial, o grupo de países incumpridores tem de compensar com um corte equivalente a 1,15 milhão de bpd em dois meses ou 2,31 milhões de bpd em um mês.

Além de Angola, fazem parte dos incumpridores países como a Nigéria, Iraque e a Arábia Saudita, que têm, até ao fim da próxima semana, para apresentar os respectivos planos de produção actualizados para Agosto e Setembro, segundo a Reuters, citando fontes da OPEP.

À luz do referido acordo, que



entrou em vigor em Maio, a produção média de Angola seria de 1.180 mil tanto em Maio como em Junho, mas esteve sempre acima. Em Junho, foi de 1.230 mil, representando um aumento de oito mil barris, comparativamente a Maio, em que a média de produção foi de 1.222 mil barris, de acordo com os dados da OPEP baseados nas fontes primárias.

Desde Junho que era sabido que os incumpridores teriam de

compensar, com ajustes na produção, mas, na altura, aventou-se a possibilidade de poderem cumprir apenas no final do ano ou ao longo da vigência do acordo que vai até Abril de 2022.

“Angola diz que vai compensar nos últimos quatro meses do ano. Eles queriam que Angola começasse a compensar em Julho, mas Angola disse que ainda não conseguiria”, comentou, por exemplo, em Junho, José Oliveira ao VALOR,

atribuindo a preferência de Angola aos preços actuais. “Como os preços estão muito baixos, a parte da produção que vai para a concessionária é muito baixa e há os compromissos que Angola tem.”

Para o terceiro e último período de vigência do acordo, que começa em Janeiro de 2021, a quota atribuída a Angola é de 1.319 milhões de barris por dia, visto que o corte global será de seis milhões de barris por dia.

ANGOLA E PORTUGAL

Trocas comerciais recuam 29% no 1º semestre

As trocas comerciais entre Angola e Portugal recuaram 29%, passando de 1.035 para 733 milhões de euros no primeiro semestre de 2020 face ao período homólogo, de acordo com dados do Banco de Portugal aos quais o VALOR teve acesso.

Apesar de o recuo poder ser justificado com o encerramento das fronteiras como consequência da pandemia, a tendência de quebra vem desde o ano passado. Face a 2018, o exercício de 2019 registou uma quebra de 8,9%, passando de 3,5 para 3,2 mil milhões de euros.

No entanto, contrariamente a 2019, em que contribuíram para o recuo apenas as exportações portuguesas, no primeiro semestre de 2020, houve quebras nas vendas dos dois países. As portuguesas quebraram 28,7%, passando de 604 para 431 milhões de euros, depois de já terem recuado 17,6% em 2019, passando de 2,5 para 2,06 mil milhões de euros.

Já as exportações angolanas recuaram 30,1%, passando de 431 para 302 milhões de euros. A manter-se esta tendência até ao final do ano, registar-se-ia a interrupção do ritmo de crescimento das exportações angolanas dos últimos três anos. Em 2019, por exemplo, registou-se um aumento de 15%, passando de 1.169,6 milhões para 1,01 mil milhões de euros.

No semestre em análise, Angola é o último do ‘top five’ dos parceiros fora da União Europeia com os quais Portugal realizou trocas comerciais, depois do Reino Unido, com trocas avaliadas em 2.292 milhões de euros, Estados Unidos (1.853 milhões de euros), China e o Brasil.

Economia/Política

CONTRA OS ELOGIOS DO MINISTRO SÉRGIO SANTOS

Prodesi deixa empresários e economistas cépticos

PRODUÇÃO NACIONAL. Empresários e economistas encaram, com cepticismo, o processo do Prodesi, classificando-o como “inviável” com probabilidade de “fracassar a nível da SADC”. E há quem sugira que se redesenhe o programa.

Por Manuel da Cunha

MEMORIZE

● **Recentemente** Sérgio Santos manifestou-se otimista com os resultados do Prodesi na sequência do aumento em 12,5% do valor para o financiamento do programa.

Ao contrário do ministro da Economia e Planeamento, Sérgio Santos, que assume optimismo

face ao aumento de 12,5%, passando de 198 mil milhões para 222,7 mil milhões de kwanzas, do valor para o financiamento do Prodesi (Programa de Produção Nacional, Diversificação das Exportações e Substituição de Importações), impulsionado com a entrada de cinco novos bancos no Projecto de Apoio ao Crédito (PAC), economistas e produtores, em declarações ao VALOR, mostram-se com dúvidas. “O entusiasmo pelo Prodesi é desproporcional à sua aplicação imediata”, avisa Bartolomeu Dias.

O proprietário do grupo empresarial com o mesmo nome, detentor de significativa presença nas áreas de camionagem e produção de óleo alimentar, não acredita na eficácia do Prodesi, enquanto não se “baixarem os impostos e combater a corrupção”, sob pena de “tudo isto se tornar inviável”.

A ausência de infra-estruturas “sem as quais não se pode tornar a economia suficientemente atraente” e de investimento nacional e estrangeiro são outros factores



Associação dos Pequenos e Médios Avicultores receia que uma taxa de juros na ordem de 7,5% provoque endividamento no futuro.

que contribuem para o cepticismo de Bartolomeu Dias. “Se a construção das vias de comunicação não for a primeira prioridade, qualquer montante financeiro em projectos de desenvolvimento do país é ilusório”, acrescenta.

Carlos Santos, professor de economia, subscreve e acentua que “a produção e o escoamento de produtos agrícolas e outros se tornam muito caros, retirando competitividade à produção nacional face aos produtos importados”.

Segundo Carlos Santos (ler páginas 16 e 17), numa altura em que Angola tenta firmar passos para a integração económica regional na África Austral, esta é mais uma razão para que projectos do género prestem uma atenção especial à comunicação, sob pena de o país se fixar na cauda do ‘ranking’ da SADC, quando avaliado em termos de infra-estruturas e comércio. “Com essas decisões, seremos facilmente ultrapassados pelos países vizinhos, sobretudo os anglófonos,

que têm já apresentado propostas de negócios muito mais vantajosas em relação às nossas”, garante.

Além da desconfiança que manifesta, em relação às estradas, Carlos Santos lamenta a pouca visibilidade atribuída à indústria petroquímica no programa. “A diversificação da indústria petrolífera, com a construção de refinarias de pequeno e médio portes, e o desenvolvimento da indústria petroquímica possibilitariam uma produção interna dos fertilizantes e pesticidas para o aumento da produtividade agrícola e de outros produtos, bem como equipamentos de apoio à mecanização e industrialização da agricultura com uma base sustentada”. “[...] as áreas de produção elencadas pelo programa não integram, de maneira clara, a indústria petroquímica”, escreve Carlos Santos, num artigo de opinião publicado nesta edição.

“DESAGRAVAR O IVA ALFANDEGÁRIO”

Por seu lado, a empresária Filomena Oliveira nota que uma das opções para garantir níveis elevados compatíveis com as aspirações da classe empresarial “passa pela atribuição de taxas mínimas à importação de produtos essenciais aos produtores”. “Desagrar, por exemplo, o IVA alfandegário de 14% para equipamentos e peças de reposição que não produzimos vai baixar consideravelmente o custo da produção”, sublinha. Ao mesmo tempo, receia o comportamento da banca “habituada a não correr riscos com empréstimos do sector produtivo”.

Esta ideia é também defendida pela Associação dos Pequenos e Médios Avicultores, para a qual “é necessário, para tempos excepcionais, medidas de rápida execução e de fácil acesso”. “Se se quer, de facto, assegurar a sobrevivência desta fatia do tecido empresarial, deve-se redesenhar este projecto”, sugere o presidente Rui Santos, pedindo que se tenha em consideração as taxas de juros. “Estas linhas de créditos disponibilizadas, sem qualquer tipo de apoio a fundo perdido e com a taxa de juros de 7,5% vão provocar, pela certa, endividamentos no futuro”, alerta Rui Santos, num discurso que vai em contra-mão com o do ministro da Economia e Planeamento. O membro do Governo acredita que o financiamento promove a criação de bons negócios, de emprego e garante o aumento da receita fiscal não petrolífera.



CONTA BANCÁRIA SIMPLIFICADA

Agora tem mais uma oportunidade de abrir uma Conta Bancária Simplificada. Dirija-se a um banco comercial e abra uma Conta Simplificada, para fins pessoais ou comerciais.

Para fins pessoais, basta apresentar o bilhete de identidade ou um documento de identificação válido, uma fotografia e efectuar um depósito de **5.000 Kz**.

Para fins comerciais, efectue um depósito de **10.000 Kz**, apresente um documento de identificação válido, uma fotografia e a autorização da Administração Local para o exercício de actividade comercial num posto fixo.

Caso pretenda abrir uma conta simplificada **para fins comerciais com TPA**, deposite **20.000 Kz** e apresente a mesma documentação, Bilhete de Identidade e autorização da Administração Local para o exercício de actividade comercial num posto fixo.



COM UMA CONTA BANCÁRIA SIMPLIFICADA
O SEU DINHEIRO FICA MAIS SEGURO
E O SEU DIA-A-DIA MAIS SIMPLIFICADO.

Para mais informações consulte www.consumidorbancario.bna.ao ou contacte +244 222 679 226



BANCO NACIONAL DE ANGOLA

Mercados & Negócios

Mário Nijétes © VE



Inene dos Santos,
empreendedor

JÁ APOIOU SETE COM 10 MILHÕES KZ

Startup cria fundo de investimento para ajudar empresas

EMPREENDEDORISMO. Falta de apoio do Estado e burocracia das instituições financeiras são os principais factores que estão na base do surgimento da Ligue Investimentos.

Por Guilherme Francisco

A

falência de inúmeras empresas iniciantes, em consequência do confinamento

forçado pela pandemia, levou o empreendedor Inene dos Santos a criar o fundo de investimento às pequenas empresas, denominado Ligue Investimentos, com intuito de auxiliar no seu crescimento.

“Notamos que há muitas startups a nascer, mas não têm o apoio financeiro do Estado nem da banca. A área tecnológica na Europa e nos Estados Unidos cresce com investimentos para dar os primeiros passos e hoje é rentável. Poderia olhar-se as startups de uma outra maneira, por isso tivemos a iniciativa”, afirma, lamentando as “excessivas burocracias” da banca, catalogada como “empe-

25

Milhões de Kwanzas, retorno esperado, em três anos, de um investimento de 10 milhões

cilho” ao crescimento dos jovens empreendedores.

O fundo tem uma carteira estimada em 10 milhões de kwanzas, numa primeira fase, canalizados para o surgimento de sete empresas dos ramos de prestação de serviços a petrolíferas, tecnologia e auditoria. O retorno do valor investido está avaliado em mais de 25 milhões de kwanzas no prazo de três anos.

“Começamos com pequenos investimentos, já vamos com uma carteira de 10 milhões de kwanzas, já vimos uma margem de crescimento muito grande, temos já plataformas a funcionar”, observa.

Inene dos Santos explica que

o fundo é uma opção para quem tem dinheiro e “não sabe ao certo o que fazer, em vez de guardar no banco, pode investir.” Os investimentos começam a partir dos 100 mil kwanzas e o retorno é efectuado em pouco tempo, de acordo o valor de investimento a determinado negócio. Por exemplo, um investimento avaliado em 1 milhão de kwanzas pode render dois ou mais milhões no prazo de um ano.

Além da componente financeira, o fundo participa na elaboração do plano de negócio, faz acompanhamento da execução e gestão até que o beneficiário consiga manter estabilizada a empresa. Nos próximos tempos, tenciona firmar parceria com duas empresas listadas na Bolsa de Valores de forma a estender a linha de investimento aos empreendedores dos vários pontos do país. No entanto, refere o empreendedor, o desejo é criar um fundo de grande dimensão visto que “as pequenas e médias empresas organizadas não se encontram na Bolsa de Valores de Angola”.

EMPRESA SAIRÁ DO MERCADO AFRICANO

Portal Sapo Angola fecha portas em Setembro

O Sapo Angola, sucursal da empresa portuguesa Altice, maior e único agregador de conteúdos, produtos e serviços, no país, decidiu cessar todas as actividades no mercado angolano no próximo mês de Setembro. Segundo fonte próxima da empresa, os gestores portugueses justificam que “não querem mais continuar a operar no mercado africano, particularmente angolano.”

No entanto, o argumento não é digerido pelos mais de 15 funcionários que estarão agora no desemprego porque, como explica a fonte, a empresa é das que mais factura em publicidade, sobretudo nesta fase de pandemia.

A fonte acredita mesmo existirem outros factores na base do encerramento, por-

quanto a empresa nunca teve problemas financeiros, dificuldades no pagamento de salários e cumprimento de outras obrigações.

Contactada pelo VALOR, Irony Freitas, directora do Sapo Angola, confirma o encerramento da filial da empresa portuguesa dentro de dias, não avançando, entretanto, os motivos por, como explicou, se tratar de questões internas.

Entretanto, o valor de indemnização dos 15 funcionários já foi acordado durante uma reunião com a direcção da empresa.

Ainda este ano, o Sapo prevê encerrar o portal em Moçambique, Cabo Verde e Timor-Leste.

O Sapo Angola foi lançado a 29 de Julho de 2008, conta com mais de um milhão de visitas diárias e variadíssimos fornecedores de conteúdos.

Por Guilherme Francisco



DEPÓSITO BIC CRESCER+



FAÇA O SEU DINHEIRO CRESCER DA NOITE PARA O DIA

**SUBSCREVA O DEPÓSITO
A PRAZO **CRESCER+** E RECEBA
MENSALMENTE RENDIMENTOS
ANTECIPADOS ATÉ 15,5%**

Montante mínimo de AKZ 500.000,00 e sem montante máximo aplicável.
Prazos: 90 dias (14,5%) e 180 dias (15,5%).
Mobilização (não permite) | Antecipação de juros aplicável apenas a novos fundos.

 LINHA DE ATENDIMENTO BIC
+(244) 923 190 870
Serviço disponível 24H

www.bancobic.ae

No Banco BIC encontra a solução que lhe permite ver a sua conta crescer mais. Visite agora o balcão mais próximo e conheça todas as condições do novo Depósito a Prazo **CRESCER+** com juros de 15,5% em depósitos a 180 dias ou 14,5% em 90 dias, com pagamentos antecipados.



BancoBIC

Crescemos Juntos

Entrevista

DOMINGOS FORTES, MESTRE EM SHIPPING

“Lei da Marinha Mercante está totalmente desfasada”

Especialista diz que o shipping precisa de “uma estratégia clara e realista”, já que “sem que se definam as linhas de força não se pode ir a lado nenhum”. Domingos Fortes defende uma nova lei e critica a falta de promoção de quadros, sobretudo no Porto de Luanda.

Por Júlio Gomes

O Porto do Lobito tem 70% dos equipamentos inoperantes, já o Porto de Luanda parece precisar de modernização? Os investimentos são ou não necessários nesta fase? Sim, o Porto de Luanda requer investimentos de vulto, sobretudo na reconfiguração morfodinâmica das unidades orgânicas, em especial no terminal da Unicargas pela reconstrução da frente acostável e área de bordo de cais. Requer ainda a introdução de sistemas mais modernos e eficientes no manuseamento da carga, como o RTG e Guindastes STS (shore to shore). Isto tornaria o Porto mais eficiente nas acções de carga e descarga dos navios, reduzindo assim o tempo em porto.

Isso resolve o problema das tarifas portuárias consideradas muito caras?

Obviamente, esta acção teria um impacto nas tarifas portuárias, tornando-as mais competitivas, fazendo com que o trânsito das mercadorias pelo porto se fizesse a um custo baixo. Actualmente, as tarifas portuárias são muito altas, o que compromete a economia real do país.



E sobre o Porto do Namibe?

Neste momento, já estão a ser feitos grandes investimentos com financiamentos do Japão, que incidem sobre a reconstrução do terminal mineiro do Sacomar e melhorias na extensão do cais do terminal de contentores, o que permitirá uma maior operacionalização da carga contentorizada por força do investimento nos equipamentos de última geração que está previsto.

O que sugere para impulsionar o shipping?

Em termos primários, o nosso

shipping precisa da definição de uma estratégia. Sem uma estratégia clara e realista, não se pode ir a lado nenhum.

Onde deve assentar essa estratégia?

Essa estratégia de shipping deveria encontrar respostas para as seguintes perguntas: Para quê uma companhia de bandeira angolana de shipping? Para a transportar o quê? Como resolver os problemas de inobservância das convenções marítimas da Organização Marítima Internacional e fixação de prazos? Trans-

portar FOB ou CIF? Política de incentivos nacionais e certificação dos marítimos? Como armar os navios? Operar com navios próprios ou em casco nu? Qual a política de financiamento do Estado na aquisição dos navios? Construção de estaleiros em território nacional de forma a poupar divisas?

Os instrumentos legais não respondem a estas questões?

Precisa-se da adopção de uma nova Lei de Marinha Mercante. Aliás, a nova lei seria bem-vinda porque a actual está totalmente

desfasada do actual contexto económico que o país vive.

Porquê?

No passado, a estratégia da companhia de bandeira nacional, a Angonave, consistiu em transportar carga FOB, maioritariamente, e 20% de carga CIF de forma a transportar as nossas importações e poupar divisas com o pagamento de fretes. Será que ainda é esse o contexto em que vivemos?

Mas também parece haver muitas fraquezas em termos de força

“Logo depois da liquidação da Angonave, deixou de se formar quadros. Na altura, havia o recurso aos imediatos e comandantes estrangeiros, como de Cuba e Portugal, com os quais tínhamos contratos.”

de trabalho especializada, não?

Evidentemente que sim. Logo depois da liquidação da Angonave, deixou de se formar quadros. Na altura, havia o recurso aos imediatos e comandantes estrangeiros, como de Cuba e Portugal, com os quais tínhamos contratos. A partir daí, tudo se desmoronou. No ensino superior, não há academias nem faculdades, onde é ministrado o shipping, talvez por não existir essa indústria no país.

Como se pode relançar essa indústria?

Temos de ter toda uma indústria de suporte, nomeadamente, estaleiros, onde se possam fazer reparações navais e construção de embarcações.

Os estaleiros do Lobito não podem ser utilizados para esse fim?

É preciso restaurar todo esse potencial que se perdeu. E fomentar escolas que leccionem cadeiras de shipping até à universidade. Se não formos por esse caminho, não teremos shipping no país e estaremos sempre dependentes.

A costa angolana necessita mesmo de mais portos, quando, por exemplo, o Porto Amboim já está ao lado do Lobito e de Luanda?

Quanto mais portos um país tiver, melhor. Não se constrói um porto só por construir, mas para atender toda uma necessidade logística do seu hinterland. Para tal, é necessário criar acessibilidades, quer rodoviárias, quer ferroviárias de modo a que a mercadoria seja entregue ao consumidor ou produtor em tempo devido. Poupa-se tempo e dinheiro. Quanto tempo uma mercadoria descarregada no Porto do Lobito levaria até chegar a Nova Seles (Waku Kungu) e quanto tempo a chegar do Porto Amboim? Se os dois portos tiverem boas acessibilidades aos centros consumidores ou produtores, isso permitirá ao armador escolher o porto que melhor lhe satisfaz. Por força dessas boas acessibilidades, os dois portos concorrerão entre si.

Como resultado, os produtos ficarão mais baratos, porque a rapidez na carga/descarga tornará os fretes mais baratos para os importadores/exportadores. É, pois, salutar a concorrência

O Porto de Luanda requer investimentos de vulto, sobretudo na reconfiguração morfo-dinâmica das unidades orgânicas, em especial no terminal da Unicargas.

Um secretário de Estado e até mesmo um ministro deveriam evoluir de uma empresa. Seriam quadros da empresa que subiriam a pulso até chegar a ministro. É como no exército.

Não se constrói um porto só por construir, mas para atender toda uma necessidade logística do seu hinterland. Para tal, é necessário criar acessibilidades, quer rodoviárias, quer ferroviárias.

entre os portos. Infelizmente, não há políticas. Está tudo parado, quando queremos uma economia competitiva.

De volta a Luanda. Com a concessão do terminal multiusos, não fica ultrapassado o problema da formação com operações ‘on the job’, por exemplo?



Mário Mujetes © VE

PERFIL

Nascido em 1956, em Luanda, casado e pai de dois filhos, Domingos da Silva Fortes é licenciado em economia de negócios pela Universidade de Sarajevo, na ex-Jugoslávia, e mestre de ciência (MSC) em Gestão do Transporte Marítimo (Shipping) e Gestão Portuária pela Universidade Marítima Mundial (WMU) na Suécia desde 1993. Foi, durante muitos anos, assessor comercial da Angonave, passando depois para director-geral do terminal de carga geral e director adjunto para operações da Sogester. Foi também director comercial do Porto de Luanda e assessor da PCA desta empresa. Actualmente, é consultor da Associação dos Portos de Angola (Apang) e formador na Academia Portuária de Luanda. Conferencista nos PALOP, é autor do livro ‘Os caminhos da eficiência nos portos’. Fala português, francês, inglês, espanhol e servo-croata.

A situação é um pouco melhor nos portos por causa do factor concessão. É que, no porto, onde haja um terminal concessionado, o concessionário tem a obrigação de formar os técnicos, porque, através da concessão, o Estado transfere para o concessionário o ‘know-how’ e a tecnologia que não possui. Já do lado da concedente, a autoridade portuária, a situação é gritante na medida em que não se privilegia o conhecimento.

Mas a academia do Porto de Luanda não serve?

O Porto de Luanda tem sido uma excepção nesse pormenor na medida em que tem formado e capacitado muitos quadros, talvez por ter uma academia ao lado e também devido a uma política estrutural de formação de quadros. Contudo, os quadros não são devidamente aproveitados sob o signo da carreira. Quer dizer que não há promoções. Um quadro pode permanecer vários anos na mesma categoria sem ser promovido.

Como se pode ‘descongestionar’ isso?

Isso leva ao descontentamento e, conseqüentemente, à perda de motivação, o que influencia grandemente no desempenho da instituição. O escape de toda esta situação é a corrida desenfreada aos lugares de chefia, porque só desta forma se consegue ter algumas comodidades, como carro e outras benesses. Agora pergunto: para quê formar se não se promove? A ausência do quadro de carreira nos portos tem impacto nos próprios conselhos de administração e departamentos do ministério de tutela, que se tornam inacessíveis àqueles quadros. A meu ver, um secretário de Estado e até mesmo um ministro deveriam evoluir de uma empresa. Seriam quadros da empresa que subiriam a pulso até chegar a ministro. É como no exército.

Todo o soldado ambiciona chegar a general. Isso tem reflexos negativos na definição das políticas sectoriais por falta de conhecimento de cultura e da prática da actividade empresarial. Daí o uso constante do ‘copy and paste’ das políticas de outros governos. Portanto, as políticas públicas devem reflectir certa realidade conjuntural.

DEJURE

Mário Nijettes © VE



Abel Chivukuvuku, mentor do Partido do Renascimento Angolano - Juntos por Angola (PRA-JA) - Servir Angola

ÚLTIMA OPORTUNIDADE PARA SE CONSTITUIR COMO PARTIDO POLÍTICO

PRA-JA tem até amanhã para apresentar o último recurso

LEGALIZAÇÃO. Projecto de Chivukuvuku avisa que vai esgotar todas as possibilidades e está convencido de que tudo o que vem do TC a respeito do PRA-JA se configura uma “injustiça grave”. Se levar mais um ‘chumbo’, a próxima tentativa será só daqui a quatro anos.

Por Redacção

A

comissão instaladora do Partido do Renascimento Angolano - Juntos por Angola (PRA-JA) - Servir Angola, deve, por meio dos advogados, apresentar ao Tribunal Constitucional (TC), até amanhã,

terça-feira (25), os documentos imprescindíveis para suprir insuficiências da legalização.

De acordo com um dos responsáveis da comissão instaladora, o projecto foi notificado pelo TC, na quinta-feira, 22, na sequência da solicitação, por parte dos advogados, de um recurso extraordinário à decisão anterior.

Em declarações ao Jornal de Angola, Xavier Jaime avançou que o TC estipulou o prazo de cinco dias para os advoga-

dos apresentarem a documentação e garantiu que a equipa de advogados está a trabalhar afinadamente para o cumprimento do prazo.

“Vamos esgotar todas as possibilidades porque conhecemos a nossa razão e estamos convencidos de que tudo o que vem do TC a nosso respeito se configura uma injustiça grave. Não vamos desistir, vamos continuar a ser partícipes da vida política nacional”, reforçou o responsável da comissão instaladora.

O pedido de reconhecimento do projecto político de Abel Chivukuvuku como partido político já foi alvo de três ‘chumbos’ consecutivos do TC. De entre as insuficiências para a mais recente rejeição destaca-se a presença de assinaturas recolhidas em 2019 com uma não correspondência entre assinaturas nos Bilhetes de Identidade e assinaturas constantes nas fichas de inscrição.

O TC, além disso, considerou que a comissão instaladora não apresentou o número suficiente de atestados de residência para sustentar a validação de um mínimo de 7.500 assinaturas válidas.

De acordo com o Tribunal, em termos gerais, os expedientes de apresentação de fichas de inscrição junto dos cartórios notariais, para efeitos de registo de partidos políticos, implica uma violação do princípio constitucional da simplificação dos actos administrativos.

A ‘ÚLTIMA CHANCE’

O despacho do juiz presidente do TC que rejeitou a inscrição do PRA-JA Servir Angola como partido político foi proferido a 17 de Abril.

Na resolução, o mais alto magistrado do TC refere que a comissão instaladora do PRA-JA não apresentou as 7.500 assinaturas válidas e legalmente exigíveis, nem reuniu o número suficiente de atestados individuais e colectivos de residências que pudesse sustentar a validação daquelas assinaturas, além de ter juntado ao processo de inscrição atestados inválidos.

A comissão instaladora, segundo o documento, também não cumpriu o princípio da representatividade máxima fixada por lei, pois não atingiu o mínimo de 150 assinaturas de cidadãos residentes no Namibe, Lunda-Sul, Moxico, Kwanza-Sul e Cunene, o que não observou, para o TC, o princípio da proibição de partidos políticos com carácter local ou regional.

O director do Gabinete dos Partidos Políticos do Tribunal Constitucional, Juvenis Paulo, já tinha alertado, no mês passado, que, de acordo com a lei, os membros do PRA-JA correm o risco de ficar quatro anos sem poderem registar um novo projecto, caso voltem a receber outro ‘chumbo’ do TC.

MEMORIZE

- **A 17 de Abril** o juiz presidente do Tribunal Constitucional rejeitou a inscrição do PRA-JA servir Angola, justificando que a comissão instaladora não apresentou 7.500 assinaturas válidas e legalmente exigíveis nem reuniu de atestados individuais e colectivos.

Competências necessárias na 'indústria 4.0'

REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

TECNOLOGIAS. A expressão usada recentemente como mote de workshop do MINCO refere-se à convencionada quarta revolução industrial, que se foca na automatização e autonomia de sistemas computadorizados. Embora ainda algo distante da realidade nacional, num mundo globalizado, vale saber que aptidões valorizar nesse contexto mais ou menos próximo.



Automação e troca de dados
Digitalização



Eletrônica e tecnologia da informação
Produção automatizada



Energia elétrica
Produção em massa



Água e vapor
Produção mecanizada

Do mesmo modo que a primeira revolução industrial não aconteceu em simultâneo em todo o mundo, mas não deixou de dar o impulso para uma mudança de paradigma de produção a nível mundial, o facto de a nossa indústria, tam-

bém ela movida a diferentes velocidades, ainda estar aquém da automatização computadorizada de que trata a indústria 4.0, não significa que a adaptação ao que se passa no resto do mundo não seja urgente.

Em termos de capital humano, as exigências num futuro automatizado e com recurso à inteligência artificial (IA) vão mudar

drasticamente. Serão necessários menos controladores de operações à medida que a informação vai passar a ser recolhida por sensores. A necessidade de gestores intermédios vai diminuir igualmente, face à capacidade dos computadores de cruzar vastas quantidades de informações recolhidas, facilitando o processo decisório. Recentemente uma mineira, fazendo recurso a informação recolhida por sensores colocados em equipamento de profundidade, pode antecipar e corrigir uma perigosa descida acentuada dos níveis de oxigénio, que poderia custar milhões em paralisações e até vidas humanas.

Gestores de stocks, e até apoio ao cliente com o envio de facturação e acompanhamento de encomendas, poderão todos passar à história à medida que a IA vai tomando o espaço outrora obrigatoriamente desempenhado por humanos.

O recurso à robotização para tarefas pesadas e repetitivas, a optimização dos sistemas de logística e de gestão de cadeias de produção que se vai tornando cada vez mais acessível às empresas, a introdução de técnicas de produção inovadoras como a impressão 3D que dispensam vários estágios de produção e encurtam cadeias, bem como a conectividade que permite o controlo da produção e da gestão à distância são factores incontornáveis e que atestam o potencial e o advento da indústria 4.0. Adapte a sua empresa.

Que competências procurar na sua força de trabalho?

Competências humanas
Num ambiente mais automatizado dar valor às competências humanas é essencial para um ambiente são e adaptado a suprir áreas em que as máquinas não nos podem substituir. As competências humanas incluem para além da inteligência contextual, a capacidade de levar em conta mais do que métricas em relações interpessoais, e a vital criatividade. A inteligência emocional deve ser valorizada bem como a integridade e a empatia, que não são o forte da IA.

Saúde mental no trabalho
As pressões e o stress de dar resposta a uma realidade em constante mutação pode diminuir o rendimento da sua equipa core, a que não se pode substituir por máquinas. Faça recurso a profissionais de saúde mental para acompanhar a sua equipa.

Transformadores
O conhecimento necessário para adaptar a sua indústria a uma realidade tecnológica, capaz de identificar as áreas em que a automação vai fazer disparar a eficiência da empresa, já é valorizado e vai continuar a ser à medida que cada vez mais indústrias vão dando o pulo para a quarta revolução.

Programadores
Uma indústria automatizada obriga a não passar sem programadores para os equipamentos automatizados e sem coletores e processadores de informação gerada por computadores. Num mundo cada vez mais tecnológico, os profissionais capazes de traduzir a linguagem da IA para a corrente, serão cada vez mais valorizados.

(In)formalizando



Empresas de apostas desportivas investem na venda ambulante

ACTIVIDADE É DOMINADA POR JOVENS

Apostas desportivas crescem nas ruas de Luanda

COMÉRCIO. Negócio tornou-se fonte de rendimento de muitos jovens e é promovida por empresas formalizadas e plataformas online.

Por Guilherme Francisco

É comum observar, nas zonas de Luanda de maior concentração de pessoas, como para gens de táxis ou à porta de bares, jovens com smartphones, multibancos, móveis e rolos de papel nas mãos. Tratam-se de colaboradores de plataformas de apostas desportivas a expandirem-se numa velocidade vertiginosa pela capital. Muitas destas plataformas actuavam somente no segmento online, mas, nos últimos tempos, estão a migrar para o físico, a exemplo da 'Aposta 24 Horas'. A plataforma, com dois mil clientes no formato online, está a

tentar impor-se no formato físico, contando já com mais de 100 clientes diários nos diferentes pontos de Viana, Kilamba-Kiaksi e Cazenga.

Apesar de considerar o formato físico dispendioso, Mbiavanga Mateus, gerente da plataforma, explica que optaram por fornecer um kit constituído por telefone e impressora a quem deseja vender os serviços no seu estabelecimento comercial ou comunidade, no lugar de implantar quiosques em várias localidades. Na primeira experiência, facturou 1 milhão de kwanzas, 800 mil dos quais se destinaram a prémios.

Os jovens, considerados 'revendedores', ganham pequenas percentagens de acordo com o valor das apostas conseguidas durante o dia, não tendo, por sua vez, qualquer vínculo laboral com a pla-

10

Porcento, taxa que os revendedores recebem por cada aposta vendida

taforma. Na Aposta 24 Horas, os revendedores chegam a facturar, diariamente, 50 mil kwanzas, recebendo como compensação 10% do valor. Enquanto, na 'Angofoot', o desafio chega a ser maior. Caso o revendedor facture, em dois meses, acima de 340 mil kwanzas, tem a comissão de 8%, incluindo, alegadamente, IRT apesar de o valor não ser susceptível de tributação. "Não é um salário exacto, se eu

vender 100 mil kwanzas, ganho 10 mil. É um desafio muito grande onde a tua produção define o que ganharás", conta Eleutério Gonçalves, revendedor à porta de casa no Cazenga.

Com a suspensão das actividades desportivas nacionais, devido à pandemia, os jovens saem à rua apenas em dias de jogos europeus. Durante as últimas semanas dos campeonatos na Europa, o número de apostadores reduziu drasticamente. António Duarte, a operar em Viana, viu os habituais mais de 40 clientes a descer para a metade, o que levou, em termos de rendimento, a margens "muito ínfimas que pesam na comissão a receber".

Nas diferentes plataformas, as apostas começam a partir de 200 kwanzas e vão até aos milhões.

FORMALIZAÇÃO

Startup agrícola exporta múkua

Tão logo o espaço aéreo reabra, a fazenda Avó Tetê vai exportar 18 mil quilos de farinha de múkua para o Brasil, seguindo-se, no final do ano, a França e os Estados Unidos, com 20 mil quilos cada um.

Henrique Jorge, director-geral da empresa, assegura estarem processadas todas as solicitações e, nos próximos tempos, tenciona exportar mais produtos nacionais excedentários.

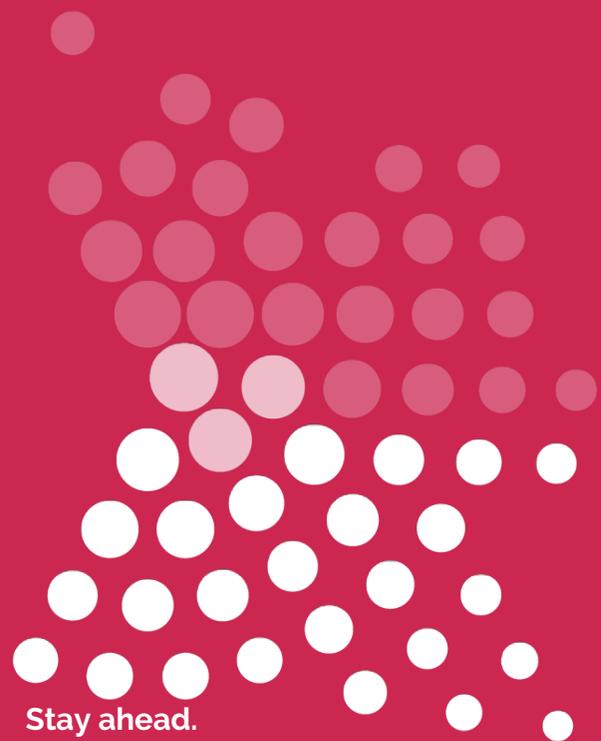
Com pontos de cultivo na Funda e Bengo, a fazenda apoia com insumos 20 cooperativas agrícolas em Benguela, Uíge, Kwanza-Norte, Bié, Kwanza-Sul e Huambo. E, na época de colheita, reparte o produto com os agricultores. Na anterior época, a fazenda reclamou para si 200 toneladas de produtos diversos, além das 100 toneladas de tomate produzida nos seus dois pontos de cultivo.

Habitualmente, a startup abastece 15 restaurantes, seis supermercados, 10 hotéis, bem como os mercados informais do Kikolo, KM30 e Catinton. Igualmente, vende pequenas quantidades aos moradores de várias zonas urbanas de Luanda, efectuando, em média, 200 entregas aos sábados.

Henrique Jorge vê-se, no entanto, impossibilitado de expandir a actividade por culpa "da burocracia da banca". Ainda assim, a fazenda está a projectar a construção de um centro logístico para a conservação de produtos.

16.OUT.2020

100% DIGITAL.



Stay ahead.

Angola

Innovation Summit.



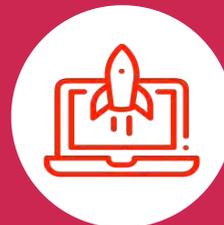
Conferência



Masterclass



Networking



Rampa de Produtos



Exposição /Feira Virtual

Uma experiência distintiva.

www.angolasummit.co



PARCEIROS:



MEDIA PARTNER:



Opiniões

O PAC do PRODESI e o PAI na economia angolana



Paulo Santos,
Economista

1. Em 2019, foi lançado o Prodesi – Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações, que deverá integrar vários projectos para alcançar os objectivos, sendo o primeiro o PAC, Projecto de Apoio ao Crédito. Para a materialização deste projecto, o Governo criou linhas de crédito financiadas pelo Tesouro Nacional e por bancos nacionais privados que firmaram acordos com o BNA – Banco Nacional de Angola para o efeito, operacionalizadas pelo BDA – Banco de Desenvolvimento Angolano, estabelecendo vantagens financeiras para as empresas que se qualifiquem ao Projecto. O PAC tem como objectivo específico apoiar o acesso ao crédito para projectos de empresas de diversas categorias qualificativas, desde que visem a produção de 54 bens definidos no Decreto Presidencial n.º 23/19, de 14 de Janeiro, seleccionados por se mostrarem essenciais para a vida dos cidadãos, agrupados em 16 domínios incluindo a agricultura, pecuária e pesca, a indústria agro-alimentar, comércio, transportes, exploração mineira e demais serviços. No presente, aderiram ao projecto 13 bancos nacionais públicos e privados, tendo mobilizado mais de 220 mil milhões de kwanzas para as linhas de crédito que cada um dos bancos constitui.

2. O Prodesi foi lançado como iniciativa económica após o encerramento do Programa Angola Investe – PAI, que vigorou durante quatro anos, e extinto pelo Governo em 2018, tendo financiado 515 projectos com 120 mil milhões de kwanzas.

O Programa Angola Investe visou o apoio ao investimento nos sectores de actividade produtiva em Angola por via do fomento ao empresário com cedência de vantagens

financeiras para fomento das actividades do sector produtivo desempenhadas por agentes económicos angolanos por via de 14 iniciativas, as quais foram canalizados os estímulos, ajudas financeiras, benefícios fiscais ou assistência técnica. A implementação do PAI viveu inúmeras dificuldades, desde a concepção dos projectos pelas empresas interessadas, a obtenção dos créditos nos bancos admitidos ao projecto, à execução dos projectos elaborados, o transporte de bens e fornecimentos de serviços essenciais aos projectos, podendo o PAI ser resumido na eficácia do cumprimento programático da cedência dos créditos, pois são ainda desconhecidos os relatórios qualitativos daquele Programa.

3. O Relatório de Fundamentação da implementação do Projecto de Apoio ao Crédito – PAC, de Março de 2018, apresenta no capítulo primeiro, de Introdução Enquadramento, ponto um, os pressupostos para a implementação eficiente do mesmo, com a seguinte referência:

“Para alcançar o objectivo da diversificação da economia nacional e, por conseguinte, elevar a qualidade e a quantidade da oferta interna, será necessário que ocorra antes um processo coerente e organizado de expansão e de modernização da base tecnológica da estrutura produtiva do país.”

Este ponto introdutório da concepção do PAC integra certos pressupostos que se constituem como factores condicionantes para a concretização eficiente deste projecto, sob risco de apresentar um desempenho semelhante ao observado no PAI e outros programas anteriores, semelhantes pelos objectivos que preconizavam alcançar. Ao analisarmos a metodologia traçada por programas dessa natureza, é fundamental tecermos aqui alguns apontamentos sobre os factores que costumam determinar o sucesso ou não dos mesmos, sendo que, para o caso concreto de Angola, o processo de expansão e de modernização da base tecnológica da estrutura produtiva do país, como factor pré-determinante, implica a implementação de certos pressupostos garantidores da



Mário Muijtes © VE

sua realização eficiente, nomeadamente: Diversificação da indústria petrolífera, a melhoria do fornecimento de serviços estruturantes, a gestão positiva, cadeias de distribuição, indústria agro-alimentar.

4. Diversificação da indústria petrolífera. O petróleo é um bem, uma matéria-prima extraída em Angola, que constitui a principal moeda de câmbio no mercado internacional para o país, cujas receitas constituem a principal fonte de financiamento do OGE, com um peso de cerca de 90% das receitas. Por outro lado, o petróleo, enquanto mineral, uma vez industrializado, é um bem do qual se podem extrair uma multiplicidade de produtos, incluindo alguns que são indispensáveis para a implementação do processo de diversificação da produção interna.

Dos 54 bens elencados para financiamento no âmbito do PAC, mais de 60% são bens de origem directa ou indirecta da agricultura, o que pressupõe a criação de uma base de produção agrícola sólida. O crescimento e o desenvolvimento de uma agricultura capaz de sustentar um processo de crescimento económico como o que se propõe por via do Prodesi não se compadece com uma agricultura rudimentar, rural e familiar geralmente caracterizada em Angola. A produção de fertilizantes e pesticidas localmente, assim

como insumos agrícolas básicos são pressupostos fundamentais para uma agricultura mecanizada, sem os quais continuaremos a depender das importações desses produtos, o que torna o processo agrícola exorbitante, sem competitividade e por isso ineficiente.

A diversificação da indústria petrolífera com a construção de refinarias de pequeno e médio portes e o desenvolvimento da indústria petroquímica possibilitariam a produção interna dos fertilizantes e pesticidas para o aumento da produtividade agrícola, e de outros produtos e equipamentos de apoio à mecanização e industrialização da agricultura com uma base sustentada. A produção local de combustíveis e lubrificantes tornará mais competitivo o sector dos transportes em todo o país, possibilitando a movimentação dos bens agrícolas para os pontos onde forem solicitados. Haverá ainda a possibilidade da produção de produtos para a construção das estradas, o que tornará esse item menos caro.

Assim, a diversificação da indústria petrolífera possibilitará melhor fornecimento de combustíveis e lubrificantes para os motores das viaturas, aviões, barcos, geradores, comboios e outras maquinarias, a produção de fertilizantes e pesticidas indispensáveis para uma agricultura sustentável, a produção de betumes para a construção de estradas e outras indústrias. Em vez de exportarmos o crude para podermos importar os factores necessários para implementação do Prodesi, mesmo porque o crude se encontra em baixa no mercado internacional, um melhor aproveitamento industrial do petróleo apresenta-se como factor determinante na concretização eficiente do programa lançado pelo Governo.

Verifica-se, entretanto, que as áreas de produção elencadas pelo Programa não integram de maneira clara a indústria petroquímica. Estará integrado num outro programa com maiores exigências de capital?

5. Melhoria do fornecimento de serviços estruturantes. Ao abordarmos o tema sobre a melhoria do

fornecimento de serviços, corremos o risco de cairmos na questão da melhoria do ambiente de negócios em Angola, cuja abordagem é recorrente e inconclusiva. Para a implementação do Prodesi, sem descartar a necessidade da melhoria do ambiente de negócios enquanto tema, seria de realçar aspectos como:

a) Melhoria das estradas já existentes, sem nos atrevermos a propor novas vias. Há cerca de 10 anos, assistimos à recuperação das estradas um pouco por todo o país, um trabalho que, entretanto, foi pouco duradouro, sendo que, no presente, a malha rodoviária angolana se apresenta em estado degradado, muito difícil de se trafegar. Como se pode depreender, sem estradas em condições, a produção e escoamento de produtos agrícolas e outros tornam-se muito caros, o que, em certa medida, torna os produtos nacionais sem competitividade face aos produtos importados, tendo este sido um problema do Programa Angola Investe. Numa altura em que Angola afirma passos para a integração económica regional na África Austral, é mister que tenhamos vias para circulação, sob risco de sermos facilmente ultrapassados pelos países vizinhos, sobretudo os anglófonos, que têm já apresentado propostas de negócios muito mais vantajosas em relação às nossas.

b) A electricidade é outro serviço estruturante que precisa de ser fornecido em todo o país para que o Prodesi seja um sucesso. É certo que não se produz energia eléctrica limpa num curto tempo, mesmo sendo Angola portadora de uma bacia hidrográfica invejável, das maiores no mundo. Entretanto, não parece clara a estratégia da construção de uma série de grandes barragens eléctricas na região do Médio Kwanza, para depois distribuir a electricidade ali produzida por todo o país, quando existem muitos outros rios com grandes caudais. A construção de diversas mini-hídricas de capacidade municipal ou regional possibilitaria a produção de electricidade localmente com menos investimentos, e possibilitaria também melhor

“O novo regime jurídico é um marco muito importante para o setor segurador em Angola que traz naturalmente desafios para todos os stakeholders.”

gestão e utilização das águas, o que seria benéfico para a agricultura, e evitaria cortes no fornecimento de electricidade por todo o país sempre que se verificasse interrupção das grandes barragens.

c) O fornecimento de água apresenta-se também muito importante para o crescimento da indústria agro-alimentar como se propõe.

d) Os Centros Logísticos de Distribuição terão um papel fundamental na regulação da produção, oferta e consumo de bens, gerindo a distribuição, armazenamento, conservação e gestão de stocks dos bens produzidos pelo país. A ausência desses centros leva a que os bens perecíveis de deterioreem por falta de escoamento e consumo, e cria-se escassez quando não há produção.

e) A Indústria agro-alimentar de pequena monta tem de ser fundada. Além dos Centros Logísticos, é preciso que localmente existam pequenas indústrias de transformação de produtos agrícolas que possibilitará a conservação dos mesmos par uso posterior.

6. Gestão positiva. Por Gestão Positiva deve entender-se a observância dos pressupostos jurídicos, éticos morais e deontológicos na gestão de bens que possibilitem a concretização do fenómeno do aumento da riqueza de certas pessoas, ao mesmo tempo que diminui a pobreza de outras pessoas. A Gestão negativa é inversa, pois conduz ao enriquecimento injustificado de certas pessoas e ao aumento da pobreza de muitas pessoas.

O Relatório de Fundamentação da implementação do PAC indica que, diversamente do que foi a política do PAI, há uma diminuição na exigência da qualidade dos projectos de investimento, no nível de organização das empresas interessadas, pois entende-se que esses factores e outros constituíram impedimentos na implementação do PAI. Mais, o documento reitor refere que, para apoiar as empresas com os projectos e com a implementação dos mesmos, serão contratados localmente prestadores de serviços profissionais de assistência aos empresários através dos institutos públicos tutelados, o que pressupões serem funcionários públicos. É premente que se esclareça em que qualidade esses profissionais prestarão esses serviços, quem pagará pelos serviços, e qual o acesso aos mesmos. O receio aqui é

de que se criem vícios na elaboração de projectos e o acompanhamento da sua implementação, que poderá estar orientado apenas na obtenção do crédito sem o devido acautelamento das garantias do sucesso. Os promotores dos projectos receberiam os créditos para o benefício próprio e daqueles que os assessoram, tornando-se inadimplentes em seguida pela falta de viabilidade dos projectos e pelas dificuldades impostas por outros factores já elencados. Este é um fenómeno que caracterizou o PAI, tendo ditado o insucesso na implementação.

7. Financiamentos: Outrossim, há necessidade de se prestar atenção aos mecanismos macroeconómicos de crédito estabelecidos. Vejamos que o BNA, por determinação institucional, obriga os bancos privados a cederem 2,5% dos fundos para crédito por via do financiamento ao Programa, com recurso ao fundo de garantia. Na prática, os bancos privados estarão a ceder os fundos dos clientes ao Governo com juros muito atractivos, acima do mercado. Esses fundos serão cedidos às empresas envolvidas no projecto com juros bonificados, que se criem facilidades para o empresário. O Governo fica com o ónus da bonificação do crédito a pagar aos bancos privados, dinheiro que vai buscar do Tesouro Nacional, ali depositado pelos contribuintes e de outras fontes ordinárias. Sem criarmos pessimismos quanto ao PAC, os projectos financiados, se forem implementados, poderão apresentar ineficiências, certamente às expensas dos contribuintes.

8. Conclusão. Longe de conspirarmos contra o PAC ou o Prodesi, auguramos que esses instrumentos sejam implementados com o sucesso pretendido e que deles resultem frutos que venham aliviar as carências das pessoas e do país. Entretanto, as experiências recentes em matéria de programas semelhantes são razões bastantes para a tomada de todas as cautelas possíveis para que não se agrave ainda mais o estado de crise em que nos encontramos. Portanto, é preciso que se trabalhe nos pressupostos limitativos e determinantes desse Programa para que se possa pensar na implementação eficiente, sendo que a inobservância desses factores levará, mais uma vez, ao alcance da eficácia do programa por via da realização das actividades sem observância das vantagens planificadas.

Angola | Novo Regime Jurídico da Atividade Seguradora e Resseguradora Vantagem competitiva | Conhecer e antecipar a mudança



Carla Sá Pereira,
Associate Partner

Está em curso uma profunda reforma legislativa do setor segurador em Angola. A Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (Arseg) colocou em consulta pública o Regime Jurídico da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR) e o Regime Processual Aplicável aos Crimes Especiais do Setor Segurador e dos Fundos de Pensões e às Transgressões cujo Processamento compete à Arseg.

Um dos principais objetivos do RJASR é a proteção dos tomadores de seguro, segurados e beneficiários, definindo regras para garantir uma gestão sã e prudente das empresas de seguros.

No RJASR, realço as seguintes principais alterações:

- Reforço dos poderes de supervisão e regulação da Arseg;
- Abertura do mercado a sucursais de empresas de seguros com sede fora do território nacional e possibilidade de as empresas nacionais abrirem representações no exterior;
- Maiores exigências no que respeita ao sistema de governação e ao sistema de gestão de riscos e controlo interno, destacando-se a criação de funções-chave e a intervenção dos atuários;
- Ajustamentos no que respeita às garantias financeiras, em particular na margem de solvência e provisões;
- Definição das condições e limites ao endividamento das empresas de seguros

No passado dia 28 de Julho, a EY dinamizou o *webinar* intitulado ‘Os impactos da introdução do novo regime jurídico na atividade seguradora e resseguradora’, que contou com a especial participação do Dr. Jardel Duarte, membro do conselho de administração

da Arseg, e do Dr. José Correia de Araújo, diretor executivo da Asan – Associação de Seguradoras de Angola. Neste *webinar*, que pode ser revisto na página da EY Angola na internet, foram discutidos os impactos do novo regime e dada reposta a diversas questões dos operadores.

O novo regime jurídico é um marco muito importante para o setor segurador em Angola que traz naturalmente desafios para todos os *stakeholders*. A Arseg iniciou o diálogo com o mercado, esperando-se que, após a aprovação do RJASR, seja preparado normativo complementar detalhado que virá densificar os requisitos ali definidos.

Conhecer e antecipar a mudança é crucial para os operadores que queiram manter a vantagem competitiva. Identificamos como passos futuros essenciais para qualquer operador: identificar as lacunas da empresa de seguros face aos novos requisitos regulamentares; avaliar impactos operacionais nos dados, nos processos, nas pessoas e nos sistemas; avaliar impactos quantitativos e definir planos de ação robustos e adaptados à especificidade de cada negócio para mitigar as lacunas identificadas e dar cumprimento aos requisitos regulamentares. Durante todo este processo, é crucial investir na formação dos recursos e na partilha de *know-how*.

Continuar a gerir o negócio na conjuntura de mercado atual, ao mesmo tempo que se preparam para as alterações necessárias para o pleno cumprimento do novo regime irá levar a um esforço acrescido do sector durante os próximos meses e em anos futuros. Na EY, temos uma vasta experiência e estamos focados em apoiar os nossos clientes neste importante momento do Setor Segurador Angolano.

**A autora escreve conforme o Novo Acordo Ortográfico não rubricado por Angola.*

Opiniões

E agora pergunto eu...



Geraldina Embaló
Directora-Geral
Adjunta

O presidente brasileiro Jair Bolsonaro que, nos seus eventos, apesar de ter já ter apanhado covid-19, não se coíbe de pegar crianças ao colo, levantou do chão um senhor anão, pensando que era uma criança. Depois de alertado, largou rapidamente o homem e afastou-se ainda mais rápido. A cena tornou-se viral e lembrou-me outra que presenciei em Londres quando o meu irmão, que tem autismo, ai com 9 anos e já muito alto, pegou nas mãos de uma senhora anã que vinha a descer as escadas do prédio, assim do nada, sem a conhecer e desatou a dançar com ela, a dar voltas com a senhora em mãos como se fosse uma boneca grande para brincar. A minha mãe ia morrendo de vergonha, mudou de cor, e quanto mais tentava fazer com que o meu irmão largasse a senhora, mais ele a chocalhava e fazia girar. Uma situação que só vista mesmo, mas que me leva a questionar se terá Bolsonaro alguma ponta de autismo também. Sendo que uma das características da síndrome é a dificuldade extrema, não só em comunicar, mas em perceber e adaptar-se a regras e contextos sociais, autismo poderia explicar muita coisa no comportamento errático do senhor.

Um presidente sem nenhuma dificuldade de se adaptar a contextos (que o diga Isabel dos Santos

que tão rápido o viu a aconselhar a venda da Portugal Telecom à empresária, como o viu a declarar a nacionalização da Efacec) é o português Marcelo Rebelo de Sousa. O 'Ti Celito' estava na semana passada na praia e entrou no mar para salvar duas jovens que precisaram de assistência dos nadadores salvadores e foi notícia a nível internacional pelo dito salvamento.

Em necessidade de salvamento está mesmo o nosso continente que se perpetua instável e errático, sempre a autocorrigir-se, a tentar refundar-se a lutar consigo próprio dividido entre facções que vão trocando de lugar como numa brincadeira de crianças interminável, hoje o bandido sou eu amanhã és tu. E deixando milhões de deslocados e refugiados e miseráveis pelo caminho. Do Mali correram esta semana pelo mundo imagens de mais uma dessas trocas na forma dos muitos golpes de estado que acontecem neste continente. Viram-se imagens de ministros sitiados a tentarem fugir da fúria popular trepando muros e portões, imagens de aglomerados e tiros na rua, de presidente e primeiro ministro acoitados, presos... O costume.

Há uma anedota que diz que um pescador vindo do mar trazia um balde de caranguejos que não se dava ao trabalho de tapar com a rede. Quando questionado sobre se não receava que os caranguejos saíssem, o pescador tranquilo respondeu que não porque os caranguejos são portugueses, quando um tenta sair do balde os outros todos puxam no para baixo. A origem dos caranguejos muda consoante quem conta, ouvi assim, mas certamente que a metáfora se aplica aos africanos, muito mais até, considerando o nível de desenvolvimento do continente. E agora pergunto eu, como é que o resto do mundo nos pode levar a sério, se nós passa-

mos a vida a matarmo-nos uns aos outros, a rebelarmos a constantemente e a fazer questão de puxar para baixo os que tentam sair do fundo do balde? Se são estas as nossas imagens de marca?

Há exemplos a todos os níveis.

Toda a confusão que se está a fazer para puxar para baixo o homem da Karga, por exemplo, por causa do hino, terá mesmo razão de ser? É lógico que é um gasto público que não é minimamente prioritário, particularmente no contexto de aperto que vivemos. Mas será que se justificam todos os ataques por causa de um valor que chega para pagar um só dos milhares de Lexus que o governo compra para a classe governativa, constantemente, há anos? É que esses 148 milhões, que parece muito, são em kwanzas e querido leitor, e a nossa moeda não vale quase nada e todos os dias desvaloriza, com projecções de que ainda vá perder mais 50% do pouco que vale actualmente. Coitado do Big que supostamente ainda não recebeu e já avançou dinheiro para o projecto, que, até à altura de receber os 148 milhões vão valer ainda menos que um Lexus por este andar. Estas confusões de proporcionalidade fazem-nos distrairmo-nos com muita facilidade. O Valor económico reportou na semana passada a indignação da empresária Filomena Oliveira com 40 milhões de USD (isso sim dinheiro porque vale a pena discutir) para fazer campanhas de publicidade na cadeia internacional Bloomberg. Há uma outra a decorrer na Euronews e foi feita outra no passado, na CNN, sem que se vissem resultados a nível de retorno do investimento para qualquer uma delas. A Umape, a nova unidade que o PR arranhou para controlar a execução dos projectos, tem já 8 milhões também de dólares e não kwanzas aprovados, mais do que o orçamento do ensino especial, dos bombeiros e de vários outros essenciais públicos, mas não se viu comoção por isso. Os caranguejos não sabem bem o que devem puxar então puxam de acordo com critérios esquisitos. O Big é rapper, se calhar por isso não pode receber dinheiro público, será? É um projecto supérfluo mas temos muitos mais, bem mais caros, como a construção de um edifício para a

CNE orçada em 44 milhões, também USD. Porque é que não nos preocupamos com os gastos mais aberrantes?

Outra de caranguejo que puxa com base na fama é a confusão criada à volta da nomeação da filha do presidente para a BODIVA, essencialmente porque a imprensa portuguesa publicou um texto que diz que a nomeação fragiliza o PR. É ponto assente que a nomeação de Isabel dos Santos para a Sonangol provocou à nossa memória colectiva um trauma que ninguém quer voltar a repetir, e que o mesmo hábito de enaltecer qualidades extensivas à prole pode bem estar na lógica desta nomeação, que como no passado não é feita pelo PR, mas pergunto-me se agora a regra é, nenhum dos filhos dos governantes pode ser nomeado? Mesmo que tenha estudado e trabalho mais do que a maioria? Têm de ser todos penalizados por causa da filiação para evitar acusações de nepotismo? Onde é que isso nos vai levar? Temos demasiados quadros, pessoas que estudaram cá e fora do país e que são filhos e sobrinhos e irmãos de governantes, temos que os afastar a todos por via da mesma regra? Vamos ficar sem ninguém para levar o país à frente e governados por gente que não estudou e não tem competências, mas cujos pais não são governantes. É justo que a sra. que trabalha na área e que segundo os seus colegas é competente, seja penalizada e que a instituição tenha de abrir mão das suas competências, só porque é filha do PR?

Precisamos de meritocracia. Sabe, estudou, tem experiência, tem competências em determinada área, fica. Essa deve ser a métrica, não o pai ou a mãe. Tirar a sra. da BODIVA por causa de críticas vazias é ceder a populismo demagogo. A meritocracia é a métrica que vai funcionar para eliminar o nepotismo naturalmente. Se não sabe, não tem experiência, não tem competências numa área, não é por ser filho do chefe que deve ser nomeado. Temos de deixar essa lógica de caranguejo que norteia a vasta maioria dos julgamentos populares que vemos por aí massificados, e ser mais construtivos, entender variáveis do tema antes de criticar. Para podermos ir para a frente.



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te




Edição 203 Partilhas 513 Likes 41

A edição 223 do Valor Económico reuniu mais de 10 interações, comentários e partilhas, no fórum da página do Valor Económico e outros. Na página do VE os principais comentários versaram sobre a entrevista do académico e empresário do sector da energia, Georges Luamba, que afirma ser “necessário descontinuar a construção de hidroeléctricas quando o país possui alternativas mais económicas e limpas”. Também as críticas da empresária Filomena Oliveira à contratação da Bloomberg por 40 milhões de USD mereceram comentários dos internautas.

Os comentários são seleccionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Grahas e discussões personalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Jester Sadé 40 milhões com a Bloomberg para fazer Make-up. Okay, a nossa menina Angola é vaidosa.



Alex Mesquita 40.000.000 USD??? Para pedir por favor que se invista em Angola? Brincadeira de mau gosto.



Ulisses Yami Simao O melhor governo é aquele em que há o menor número de homens inúteis. - Voltaire.



Samuel Amaral Este académico prova que estudar fora não significa estudar bem.



Helder Cruz Não sei, mas há cerca de um, dois anos falei com alguém entendido na matéria sobre isso e essa pessoa disse que no nosso País apenas a Província do Namibe possui tem ou potencial para esse investimento porque nas restantes Províncias os ventos não são constantes para esse tipo de produção de energia. Poderá haver fluxos de 2/3 horas mas depois param, aliás existem estudos feitos nos anos 90 sobre isso e chegaram a essa conclusão agora que os recursos hidroeléctricos poderiam ser melhor aproveitados e com menos impacto ambiental. É verdade, e tomo por exemplo a Barragem do Iguaçú, que eu visitei faz uns anos. É isso sim e uma barragem a sério onde todos os detalhes ambientais foram estudados ao pormenor.



Carlos Lopes É necessário que se conheça BEM, o potencial eólico de Angola, para tirar conclusões sobre o uso desta fonte de energia. O que se sabe é que a velocidade média dos ventos em Angola são substancialmente mais baixos que os da Europa.



Samuel Joaquim Sr. Carlos Lopes isso é verdade, mas o que dizer do nosso rico sol que dá a cara durante o ano todo? Não há vontade para investir nisso.



Avelin Martins As centrais eólicas geram menos custos de manutenção, não poluem e têm preço fixo na sua construção não há como desviar verbas na sua construção daí não se dar aval a tal prática porque em Angola gostam de construir obras públicas a executar com orçamentos chorudos para gerar lucros em bolsos particulares e assim se desviar a longo prazo grandes verbas públicas que serviriam para tirar da pobreza o povo que passa a servir a burguesia psicopática* cleptomaníaca. Uma central térmica gera os lobbies dos geradores, dos combustíveis, dos funcionários, dos gestores e por aí vai a poluição, vai a saúde pública e vai o dinheiro que serviria para melhorar outros aspectos mais importantes de Angola.



Waldemar De Fontes Pereira d'Orey A mesma estratégia da Não Diversificação da economia. Não apostar em soluções sustentáveis e importar tudo



Waldemar De Fontes Pereira d'Orey Porque era a opção para a Importação, Fornecimento e Consumo de combustível. A tal opção que permitiu o MV e todos outros transferirem a riqueza do país para fora. Os engarramentos em Luanda faziam parte dessa estratégia.



Waldemar Silva Para a nossa realidade a implementação de centrais eólica seria uma grande solução para energizar o país, mas temos que ter em linha de conta a situação climatérica do nosso território e pela quantidade de montanhas que temos será pouco rentável em termos de produção da mesma ora vejamos. Só a província do Namibe possui condições favoráveis para o efeito, nas demais podemos também instalar, mas em relação ao Namibe veremos que vamos ter grandes problemas se ela for a fonte principal. Haverá aqueles momentos em teremos ventos calmos para as demais regiões montanhosas as hélices vão girar mas não irão atingir as velocidades necessárias para produzir e assim sendo a distribuição será feita com interrupção e vai criando desconforto aos consumidores. Para além do Namibe poderá haver mais localidades em que a sua instalação pode ser favorável.

Covid-19



EM MOÇAMBIQUE

Vendedores desafiam doença para fugir à fome

Em todo o mundo, as recomendações são de distanciamento devido à covid-19, mas os vendedores de rua em Moçambique desafiam a doença, vão ao encontro de quem passa e juntam-se em mercados informais, procurando fugir à fome.

Com os produtos em sacos de plástico ou nas mãos, homens, mulheres, adolescentes e até crianças circulam por avenidas, ruas, paragens de transpor-

tes e outros lugares movimentados para conseguir “levar algum dinheiro para casa”.

“A minha loja, agora, são as minhas mãos”, lamenta Jorge Olímpio, 36 anos, pai de quatro filhos e com a mulher grávida do quinto, enquanto segue um grupo de jovens que passa pela rua, exibindo as sapatilhas que tem nas mãos, em entrevista à agência Lusa. “De tanta fome, quase levei a minha família até

ao posto da polícia do meu bairro para pedir abrigo e comida”, revela o vendedor de sapatos, que tinha uma banca no passeio da avenida Guerra Popular, na baixa da capital moçambicana.

A 13 de Março, o Conselho Autárquico de Maputo ordenou a retirada de todos os comerciantes que exerciam actividades em locais impróprios, desde passeios, estradas e murros na cidade, o que levou, na altura, a um motim dos vendedores em

protesto da medida.

Em Maputo, vende-se um pouco de tudo nas ruas: bolos, salgados, frutas, ovos cozidos, amendoim torrado, castanha de caju, sumos, água, sapatos, produtos de limpeza, roupas, cosméticos e até acessórios para carros.

Desde que se proibiu a venda nos passeios, a polícia moçambicana tem estado nas ruas e avenidas a expulsar os vendedores que insistem em voltar e até apreende os produtos.

CRIADA NO PAÍS

Itália começa a testar vacina

A Itália começa, esta segunda-feira, a testar em 90 humanos, através de uma vacina criada e desenvolvida no país contra o novo coronavírus.

O anúncio foi feito pela empresa biotecnológica Rei-Thera. Milhares de pessoas responderam ao pedido de voluntários, entre as quais mais de cinco mil só na última semana, mas apenas os 90 seleccionados serão submetidos aos testes a realizar no Instituto Nacional de Doenças Infecciosas Lazzaro Spallanzani.

A vacina, criada, desenvolvida e patenteada no país, já superou as provas pré-clínicas realizadas tanto ‘in vitro’ como em animais e os primeiros resultados evidenciaram uma forte resposta imunitária e um bom perfil de segurança, de acordo com as autoridades da região de Lazio, que financiou a investigação da vacina com 5 milhões de euros.

Os primeiros cinco voluntários a receber a vacina são homens, entre os 31 e os 46 anos, que superaram os exames médicos preliminares e comprovaram a sua idoneidade.

Se não apresentarem efeitos secundários adversos significativos, a vacina será, então, aplicada numa dose maior ao um segundo grupo de voluntários entre 7 e 9 de Setembro.



DEFENDEM PROFESSORES

Luanda sem condições para reinício das aulas

O presidente da Associação dos Professores Angolanos (APA) declarou não existirem condições para o reinício das aulas em Luanda, sobretudo no primeiro ciclo e no primário, devido à covid-19, considerando que “talvez” seja possível no segundo ciclo.

Inácio Gongga, que falava durante o ‘Encontro de Reflexão sobre o Direito à Educação e Formação em Contexto da covid-19’, assegurou que os docentes

estão preparados para os desafios. Mas, observou, “apenas clamam para que se dê atenção às situações prementes que têm que ver com a pandemia”.

Para o líder da APA, o reinício das aulas “deve ser bastante ponderado”, particularmente na componente de recursos humanos e materiais à disposição das escolas.

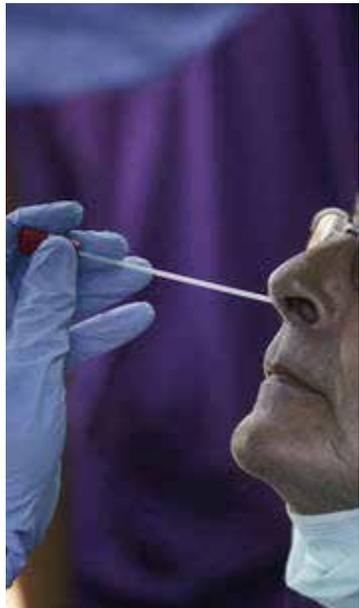
Segundo o responsável, em Luanda, foco da pandemia no país, não existem condições de

biossegurança nas escolas para o reinício das aulas no primeiro ciclo e no ensino primário, com muitas escolas sem água nem material de protecção individual.

De acordo ainda com o presidente da APA, as decisões para o reinício das aulas devem ser tomadas “em função da realidade angolana”, pelo que, notou, o excesso de alunos, as casas de banho, o pessoal de apoio e tudo isso deverá ser ponderado por quem decide”.



PELO MENOS 95 pessoas testaram positivo num famoso resort de nudismo na França. As autoridades francesas classificaram a situação como “muito preocupante”. O resort de Cap d’Agde é considerado o maior território naturista do mundo.



COVID-19

Mais de 13 milhões fizeram teste no Brasil

Cerca de 13,3 milhões de pessoas no Brasil fizeram, entre Fevereiro e Julho, algum teste para diagnóstico da covid-19, sendo que 20,4% (2,7 milhões) obtiveram resultado positivo.

A informação foi divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que inclui seis novos temas relativos à pandemia nas sondagens, além das questões sobre o mercado de trabalho e sintomas de síndrome gripal.

O levantamento detectou que 79,6% das pessoas testadas neste grupo de 13,3 milhões de pessoas (6,3 por cento da população) obtiveram resultado negativo. O Brasil tem 211 milhões de habitantes. “Os testes foram realizados por homens e mulheres na mesma proporção (6,2% e 6,4%, respectivamente), mas,

principalmente, por pessoas de 30 a 59 anos de idade (9,1%). Quanto maior o nível de escolaridade e o salário, maior foi o percentual de pessoas que fez algum teste”, explicou Maria Lúcia Vieira, coordenadora da pesquisa.

O Brasil é o país lusófono mais afectado pela pandemia e um dos mais atingidos no mundo.

PARA CASOS DE EMERGÊNCIA

China autorizou vacinas em funcionários desde Julho

A China autorizou o uso de potenciais vacinas para a covid-19 em funcionários hospitalares, para “casos de emergência”, desde 22 de Julho passado, revelou um alto responsável da Comissão de Saúde desse país.

Em entrevista à televisão estatal CCTV, o director do Departamento de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Comissão de Saúde, Zheng Zhongwei, revelou que pessoal médico e funcionários das alfândegas foram vacinados. “Estes grupos foram escolhidos porque têm maior exposição ao novo coronavírus.

A maioria dos casos que a China agora regista são importados, então as autoridades fronteiriças são um grupo de alto risco também”, justicou.

Zheng Zhongwei acrescentou que o programa de vacinação vai expandir-se para pessoas que trabalham nas indústrias dos transportes e serviços ou nos mercados de rua, para “criar uma barreira de imunidade”.

A China pretende disponibilizar as vacinas assim que estiverem prontas a um preço “ainda mais baixo” do que o anunciado, na semana passada.



JÁ COM RESULTADOS POSITIVOS

Operadores da ZEE submetidos a teste

Os funcionários das unidades fabris instaladas na Zona Económica Especial Luanda-Bengo (ZEE) começaram a fazer testes de rastreio para covid-19. Um total de 40 operadores de duas unidades fabris testou desde a última sexta-feira.

Os testes estão a ser feitos pelo centro médico Saúde 28, localizado na ZEE, pertencente à empresa GMST. Segundo a responsável do centro, Patrícia Marques de Carvalho, do número testado foram identificados alguns assintomáticos que estão já

em isolamento em casa. A maior parte acusou negativo à covid-19.

Diariamente, o centro médico que já recuperou um doente infectado com a covid-19 envia relatórios ao Ministério da Saúde a reportar a situação epidemiológica na ZEE.

Os testes estão avaliados em 30 mil kwanzas a depender do número de funcionários que cada empresa pretender testar. Patrícia Marques de Carvalho justifica o preço pelo elevado custo arcado com o material de biossegurança.

DISTRIBUIÇÃO DE MASCÁRAS E GEL AOS ASSOCIADOS

Sindicato investe na biossegurança

O Sindicato dos Trabalhadores de Empresas de Segurança e Auto-Protecção (Sintesap) decidiu avançar com a oferta de mais de três mil máscaras e mais de 70 embalagens de álcool gel aos efectivos destacados em vários pontos de Luanda para protecção contra a covid-19. Esta iniciativa começou em Viana, mas será abrangente aos filiados de todo o país. Joaquim de Freitas Jacinto, presidente do Sintesap, informou que, a par de Luanda,

o kit já foi distribuído em Benguela, Huíla e Malange.

“Decidimo-nos por esta iniciativa, depois de avaliarmos o actual contexto de dificuldades financeiras que muitos dos nossos efectivos enfrentam, por causa da covid-19”, referiu Freitas Jacinto que acredita que, desta forma, estarão “a ajudar a reduzir a propagação da pandemia que entre nós já fez 100 vítimas mortais em mais de dois mil casos positivos”.

O líder sindical assegura que “o Sintesap está sensível aos problemas sociais dos seus membros”, tendo decidido “arcar com a compra dos kits, de máscaras e álcool gel para que os nossos homens se protejam da doença e também não a disseminem por outros”. Por altura da entrega do kit, o beneficiário recebe ainda um breve esclarecimento sobre procedimentos a ter em conta no seu posto.



Marcas & Estilos



Viver para prosperar

Essa água limpa e filtrada alimentada nas raízes das plantas por meio de irrigação por gotejamento, para garantir que as plantas tenham um suprimento constante. A Dewplanters pode ser configurada para gerar quantidades de água com base nas necessidades, o que significa que não terá de levantar um dedo para manter as plantas vivas e a prosperar.



Feita para durar

Com a forma de um baú de tesouro, a pasta da Weekender é muito espacosa e permite-lhe levar o essencial para um fim-de-semana aonde quer que vá! Tal como o vinho, esta peça fica ainda melhor com o tempo, o que é uma coisa fantástica, considerando que todas são feitas para durar.



AUTOMÓVEL

Mais dinâmico do que nunca

Na última geração, o Mercedes-Benz Classe E Sedan apresenta suas clássicas proporções de uma forma mais expressiva e dinâmica do que nunca. O design atraente e moderno caminha lado a lado com a atenção nos detalhes luxuosos, qualidade dos materiais e construção, sem abrir mão do aspecto desportivo, característica de um verdadeiro 'roadster'. Com desempenho exemplar, os novos modelos são impulsionados por motores V6 e V8.

AGENDA

LUANDA

ATÉ 31 DE AGOSTO

Exposição 'Sínteses - Um artista, múltiplas linguagens' de Álvaro Macieira, no Centro Cultural Camões. Os interessados podem marcar a sua visita pelo e-mail: icamoses.ccluanda@gmail.com ou pelo terminal telefónico 938141858.

29 DE AGOSTO

O 'Show do Mês' apresenta o concerto dos Irmãos Almeida e Jojó Gouveia, com transmissão em directo na TPA 2 e TPA Internacional, a partir das 16 horas.

29 DE AGOSTO

Angola Fashion Awards, Moda na Era Digital, 2.0', a partir das 19 horas.

30 DE AGOSTO

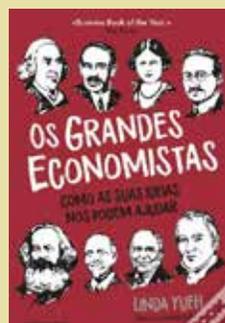
'Live no Kubico' com Eduardo Paim, a partir das 14 horas. O concerto vai ser transmitido na TPA 1 e no Youtube do Platinaline.

LIVROS



DOM QUIXOTE DE LA MANCHA

É considerada a grande criação de Miguel de Cervantes. É um dos primeiros livros das línguas europeias modernas e considerado por muitos o expoente máximo da literatura espanhola.



O QUE NOS DIZEM OS GRANDES

economistas sobre os desafios económicos da actualidade. De Adam Smith a Karl Marx, de John Maynard Keynes a Friedrich Hayek, este livro, de Linda Yueh, revela o pensamento de mais de uma dezena de economistas e a sua resposta às problemáticas dos dias de hoje.



TURISMO

Tranquilidade e fascínio

As praias ensolaradas do Algarve oferecem locais perfeitos para todos os tipos de turistas, desde os que buscam a animada vida nocturna da maravilhosa e vibrante Lagos até os que desejam permanecer isolados na tranquilidade de Sagres. Essa região mais ao Sul de Portugal oferece atracções históricas em Silves, a antiga capital dos mouros, e na fascinante Tavira: óptimos campos de golfe, praias fabulosas desde a Praia da Luz até à Armação de Pera, as fontes termais de Caldas de Monchique e muitos quilómetros de cavernas e grutas de calcário, penhascos e baías ao longo das costas rochosas.

A Sagres Time é um aparthotel de quatro estrelas com apartamentos de um e dois quartos com serviços de qualidade e conforto. A variedade de gastronomia é proporcionada restaurantes locais, onde são sugeridos pratos indianos e outros sabores inesquecíveis.

Tecnologia & Ambiente

PREÇOS COMEÇAM A PARTIR DE 50 KZ

Impulso à internet nas comunidades

TECNOLOGIAS. Missão de um grupo de empresas é distribuir serviço de internet nas zonas urbanas e suburbanas em todo o território nacional a preço reduzido, com objectivo de promover a inclusão digital.

Por Guilherme Francisco

A

s empresas Muzolnet e Ndalauso estão a trabalhar, em conjunto, na distribuição de serviço de internet por

antena em vários pontos do país. A primeira fase do projecto, avaliada em 6 milhões de kwanzas, estará concluída no próximo mês, vai abranger as zonas do Zango, Rocha Pinto, Mutamba e Samba.

Marcelino Muhongo, CEO da Muzolnet, explica que a intenção do projecto é “promover a inclusão digital num momento em que o serviço de internet é essencial na efectivação da política de estudo a distância e do teletrabalho”. No entanto, várias famílias não con-

MEMORIZE

- Estima-se quemais de sete milhões de pessoas usam internet, 62,7% das quais em Luanda onde arranca o projecto com investimento inicial de 6 milhões de kwanzas.

seguem aceder ao serviço por os preços praticados pelas operadoras de telecomunicação são “bastante avultados”.

Para inverter o quadro, além de instalar internet em residências, empresas, escolas e universidades, vai instalar, nas comunidades, pontos de acesso à internet, conhecidas por wi-fi (banda larga), com capacidade de um raio de, pelo menos, 15 quilómetros. Cada usuário vai pagar 50 kwanzas por cada 30 minutos de uso da rede nas zonas

públicas, enquanto o custo para os usuários que instalem o serviço em casa vai rondar os 10 mil kwanzas, dependendo do nível de fluxo desejado.

O alargamento do projecto a quase todos os bairros de Luanda está avaliado em mais de 100 milhões de kwanzas, de acordo com a oscilação do preço do material no mercado. Para o efeito, tencionam firmar parcerias com outras instituições.

Depois do levantamento das restrições impostas pela pandemia do novocoronavírus, caso o quadro mude, ainda este ano, a implementação do projecto poderá seguir-se para o Huambo e, no próximo ano, às restantes 16 províncias.

Em Angola, mais de sete milhões de pessoas usam internet. Deste número, 62,7% dos usuários são de Luanda, segundo estudo realizado pela Marktest Angola, em 2019.



Empresa estima investir cem milhões de kwanzas

DEVIDO À FRACA CAPACIDADE DE CAÇAR E A FALHAS REPRODUTIVAS

Ursos polares podem desaparecer daqui a 80 anos



Se os ursos não se alimentam convenientemente no inverno, também não conseguem sobreviver nos meses quentes.

Cientistas alertam que, se as emissões de gases de estufa se mantiverem como neste momento, dentro de apenas 20 anos muitos ursos polares sofrerão de falhas reprodutivas e, mesmo que sejam consideravelmente atenuadas, o problema apenas é adiado para 2080.

Segundo os estudiosos, estes animais já estão a sofrer as consequências do aquecimento global. Como as focas costumam abrir

buracos no gelo, que usam para vir à superfície respirar, os ursos polares esperam junto aos orifícios até que elas surjam para as caçar. Mas com o gelo a derreter, também a capacidade de caça dos ursos fica comprometida.

Os ursos precisam de comer para armazenar energia e sobreviver ao verão do Ártico, logo, se não se alimentarem convenientemente no inverno, também não conseguem sobreviver nos meses

quentes. Com jejuns demasiado longos, o organismo fica enfraquecido e a capacidade de reprodução também. Uma situação que os leva à extinção.

Na revista Nature Climate Change, cientistas avançaram que isso já está a acontecer. No sul do Alasca, por exemplo, o número de ursos polares chegou a cair até 50% durante os períodos com menos gelo por causa dos longos períodos de jejum

que estes animais não suportam. Na Baía de Hudson, a população diminuiu cerca de 30% desde 1987. Hoje, há 26 mil ursos em 19 locais. Os cientistas, para compreender como é que estes animais vão reagir às alterações climáticas, usaram modelos que permitiram descobrir quantos dias um urso conseguiria permanecer sem comer e sem comprometer as taxas de sobrevivência dele e das crias.

NÚMEROS DA SEMANA

5%

Percentagem que os produtos importados da cesta básica, que antes estavam isentos do IVA, vão passar a pagar, de acordo com as alterações feitas no OGE Revisto 2020.

18

Milhões de kwanzas, investidos pelo Governo na construção de um centro de emprego e formação profissional para a juventude, no Golungo Alto, Kwanza-Norte, no âmbito do Programa de Combate à Fome e a Pobreza.

2,8

Mil milhões de kwanzas, valor que a Fazenda Arrosal, no Bié, beneficiou do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição de Importações (Prodesi).

71

Cabeças de gados bovinos foram recuperados pela Polícia nas comunas Nehone, Oshimolo e Evale e Cuanhama, no Cunene. O rebanho foi roubado entre Junho e Julho deste ano.

PRIVATIZAÇÃO DE EMPRESAS ATÉ DEZEMBRO

Governo pode encaixar 100 mil milhões

O Estado estima privatizar 51 empresas e arrecadar cerca de 100 mil milhões de kwanzas até Dezembro, segundo Osvaldo Victorino João, secretário de Estado do Tesouro.

Desde 2019, o Governo privatizou apenas 14 empresas do sector agro-pecuário e algumas fábricas da Zona Económica Especial (ZEE), encaixando 31 mil milhões de kwanzas. Espera-se criar, em função disso, 150 postos de trabalho directos e 320 indirectos, segundo o governante.

A Sonangol, a Endiama, a Angola Telecom, a Taag, os Correios e Telégrafos de Angola, o BCI, o BAI, o Banco Económico e a Caixa Geral de Angola (BCGA), bem como a Ensa Seguros e a Bolsa da Dívida e Valores de Angola (Bodiva) constam dos activos a serem alienados. Outras como as unidades agro-industriais Aldeia Nova e Biocom, as fábricas Textang II, Satec e África Têxtil, as cimenteiras Nova Cimangola e Secil do Lobito, as cervejeiras Cuca, Eka e Ngola e a construtora Mota Engil Angola também entram nas contas, além das participações na Unitel, MS Telecom, Net One, Multitel, TV Cabo Angola, Angola Cables, Angola Comunicações e Sistemas e a Empresa de Listas Telefónicas de Angola.

No plano constam ainda a Sonair, a Sociedade de Gestão de Aeroportos (SGA, que substitui a Enana) e a Sonangalp, uma distribuidora de combustíveis detida em 51% pela petrolífera estatal angolana.



AHRA quer isenção do IPU

A associação dos Hotéis e Resorts de Angola (AHRA) quer que o Governo intervenha para a “isenção do Imposto Predial Urbano (IPU), suspensão da cobrança de planos de pagamento ou acordos de regularização de dívida aos bancos e as prestações para a segurança social”.

Ramiro Barreira, presidente desta associação, defende também um financiamento através dos bancos comerciais que serviria para o pagamento de salários a trabalhadores que actualmente se encontram comprometidos, por causa da covid-19. Considerando o turismo “o sector da economia que mais perde”, por ser “o mais afectado, com os números a ultrapassar os 10 mil milhões de kwanzas, com destaque para o interior do país, onde a taxa de ocupação ronda

já os zero por cento”, o associativista lembra que muitas empresas do sector estão encerradas por dificuldades decorrentes da crise anterior à covid-19, “mas agravada com o surgimento da pandemia no país desde Março último”.

Sobre o financiamento, Barreira fundamenta que “essa linha de crédito de apoio às empresas hoteleiras deve ser feita num valor substancial, operada pelos bancos comerciais, com bonificação de juro 0%, com carência de até 12 meses”. E acrescenta que “o pagamento dos salários dos trabalhadores dos estabelecimentos paralisados só será possível com o apoio do Governo”.

Para Ramiro Barreira, créditos bancários com taxas de 7,5% “não bastam, uma vez que não serão suficientes para resolver o problema, mas, pelo contrário, aumentarão ainda mais o endividamento dos empresários”.

BDA ‘alivia’ com 5,1 mil milhões

Pelo menos 132,7 mil milhões de kwanzas foram desembolsados pelo Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) desde o ano passado para financiar 54 projectos inscritos no Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (Prodesi).

Dos 132,7 mil milhões de kwanzas, 5,1 mil milhões serviram para suportar as medidas de alívio económico, tendo beneficiado 21 projectos e 3,9 mil milhões para dois projectos ligados ao Programa de Apoio ao Crédito (PAC).

